

e Requerimento de Urgência nº 021/93 também aprovados. Aprovados os Requerimentos nºs 019/93, 020/93, 021/93 e 022/93. Aprovados as Indicações nºs 022/93, 023/93, 024/93, 025/93, 026/93, 027/93, 028/93, 029/93, 030/93, 031/93, 032/93, 033/93, 034/93, 035/93, 036/93. Terminada a Ordem do Dia, o Senhor Presidente encerra a presente Sessão em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, seja lida e aprovada. Puro, aprovado, não assinado para que produza seus efeitos legais.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Ata da Primeira Sessão Ordinária da Primeira Comissão Reguladora da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 04 de março de 1993.

Aos dez e seis dias do mês de março de mil novecentos e noventa e três (1993), sob a Presidência do Vereador estancão da Facha e tendo como ocupação do Primeiro Secretário pelo Vereador Waldemar de Aguiar Neto, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Após a leitura e aprovação do chamado nominal os seguintes Vereadores: Aguiar Silva da Facha, Adalberto Pinto de Andrade, Carlos Barros de Figueiredo, Antônio Carlos Pinheiro da Cunha, Antônio Carlos de Carvalho Senador, Alfredo Reis da Facha Barreto, Carlos Roberto de Aguiar dos Santos, Divaldo Pinheiro da Silva, Joaquim Schmidt, Luiz Antônio de Abreu Lobo, Adalberto Roberto Pinheiro de Souza, Eduardo Corrêa Neto, João Carlos de Araújo, Orlando da Silva Pinheiro e Elias Rodrigues Neto. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. A seguir, lida e aprovada a seguinte **A**ta: Ata da Segunda Sessão Ordinária da Primeira Comissão Reguladora da Câmara Municipal de Cabo Frio. Após o cumprimento do ato regimental, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do **Expediente** que consta do seguinte: **Voto** - Excmº Senhor Prefeito Municipal, assunto: Dispõe sobre o ato parcelado de nº 123, de 11 de fevereiro de 1993, **Projeto de Lei** nº 004/93, de autoria do Vereador Elias Rodrigues Neto, assunto: Passa a denominar-se Quilômetro e Silva a rua "C" localizada no Bairro Manuel Leão, **Indicação** nº 041/93, de autoria do Vereador Eduardo Corrêa Neto, assunto: Solicita ao Excmº Senhor Prefeito Municipal a construção de Praça Esportiva no loteamento dos Lázarus, ao lado do CEAM; **Indicação** nº 042/93, de autoria do Vereador Adalberto Roberto Pinheiro de Souza

assunto: Solicita ao Excm^o Senhor Prefeito Municipal, pavimentação e urbanização (Projeto
Rua Lígia) para as Ruas Humberto Andre Ginos e Virginia Guerra, localizadas no
loteamento Jardim Algodão - 1^o Distrito. Sumariado a lúbia do Expendente, o Senhor
Presidente prorrogou a tribuna para os Senhores vereadores em livro próprio. Como primeiro orador
insultou o suposto a Tribuna o Senador Eduardo Lario Katz abordando inicialmente, o Sr. do Exe-
cutivo, comentando a concessão parcial da Lei 1223/93, com estes parciais. Falou e requir que
a Lei dispondo sobre o mesmo Administrativo, na cidade enova mas gozou para a Munici-
palidade, o que não podia ser aceto. Discorreu sobre os atos do Prefeito, obrigando a Comen-
da do Senador Ivan Ruiz, incluindo a Comissão de Alfama a nível da maior importância
na Administração, com autonomia e tratamento de Sucessão. Comentou também sobre o ato
a Comissão do Senador Alfredo Luis da Rocha Duarte ao Artigo 6^o do texto original, quan-
do o Executivo teria que encaminhar a Câmara proposta de enação de sanção junto a Se-
cretaria, consolidando assim as Comissões Municipais, o que era altamente favorável para a
comunidade o que não fora aceto pelo Prefeito Municipal, causando-o de demagogia. Dis-
correu também sobre o ato do Executivo ao Artigo 8^o, quando Fernando de sua autoria,
haviam concessão através do Prefeito Municipal para eleição da Prefeitura do 1985/86, e
mais uma vez para o Senado edilado pelo espírito entulizador do Prefeito, contra a
vontade do personalismo municipal. Dirigi apelo aos Senhores que apoiaram a Senhor Rui-
to para que provassem melhores argumentos para o desfo de suas comissões pela Adminis-
tração Municipal e que não passassem transferindo culpas para mandatos anteriores. Disse
ter grande vontade com as críticas dirigidas na Reunião anterior ao Prefeito
Alair Pereira, e mesmo reconhecendo as falhas cometidas, também haviam sido registados
grandes acertos, destacando o seu lado humano o que definiu o seu papel principalmente junto
aos menos favorecidos. Falou da grande votação recebida por Alair Pereira no último pleito,
perdendo por pouco mais de seiscentos votos, o que provava seu prestígio e valor junto ao
povo cabotense, mesmo sem ter o apoio do Partido e de outras politicas que influíam
no resultado das eleições, as que mereceram sua fé. A seguir, culpou a Tribuna o Sena-
dor Dulce Lima da Silva regardingo ao voto que faltavam mil trezentos e noventa e
dois para que a população de Cabo Frio, votasse a favor. Disse que ante os atos
do Prefeito a Lei nº 1223/93, visto Fernando do Executivo, podia afirmar que se
consolidava no Executivo o espírito do ditador, pois as regras de voto estavam
evoluídas do ponto de autitarismo, assimilando tudo o que ele previa a este
modo militar havia implementado no Sr. Faleu a seguir da realidade das dimen-
sões favorecidas pelo Executivo e também sobre fatos, e voltando a recomen-

sobre os raios de luz, leu o texto do Prefeito sobre a Unidade de Saúde do Senador Alfredo Bando, consolidando junto a Administração os Conselhos Municipais, buscando uma participação maior do povo junto a Administração do Município. Disse que não podia deixar de protestar quando o Executivo afirmava que o Senador do PDT exercitório, na medida em que buscava apenas e tão somente a participação popular, renegando-se assim o arbítrio do Prefeito mantendo-se longe do povo e não conhecendo nem da Constituição Federal e muito menos a Lei Orgânica do Município. Da mesma forma o Prefeito excusou seu oportunismo em certas observações quanto a Unidade do Senador Alfredo Bando da Rocha Bando e do conhecimento de todos. Opinou para que a Câmara distribuisse cópia do documento do Prefeito entre as entidades representativas do Município, para que a Comunidade tomasse conhecimento de que o Senhor José Benício era realmente um ditador. Condenando-o que considerava repulchoso de ditador, não reputando a representatividade do Câmara e do povo e iniciou seu discurso. A seguir ocupou o Tribuna o Senador Adalberto Pinto de Andrade, que iniciou sua fala dirigiu-se ao Presidente, salutar do observância ao Regimento Interno quando do encaminhamento de matérias, e não permitindo que os debates fossem desviados quanto a críticas pessoais. Falou dos compromissos que todos tinham com o Governo, José Benício, principalmente um compromisso de trabalho, de obras, de educação. Falou a seguir que lamentavelmente o Secretário de Obras e Senador Omar Sampaio da Silva, estava prejudicando as atividades dos Senadores que não eram do PDT mas estavam ciosos com a Administração, lembrando que o PDT tinha todo apoio. Disse que aplaudia tais obras para o Município através do PDT, mas não podia deixar de protestar quando o Senhor Prefeito admitia favorecimentos ligados a sua pessoa e até aquela data sem indenização. Adiante disse que o Prefeito não estava cumprindo também com outros Senadores, lembrando que iniciara o mandato acreditando no Governo, e ainda acreditava, mas que possuía dado mais apoio aos Senadores que também apoiavam as ações Administrativas, como Ivan Luis e Leagim Schmidt. Prosseguiu, disse que conhecia ao Prefeito e ao Secretário de Saúde que conheciam o atual Posto de Saúde que construído com seus recursos em São Paulo e não foi ainda inaugurado por falta de equipamentos e médicos. Prosseguiu que o Secretário Omar Sampaio estava com máquinas e caminhões em sua área de atuação política, simplesmente consolidando atividades eleitorais e, por telefone dirigiu-se ao referido Secretário que o mesmo estava preparando uma concordância, exigindo a conclusão que o Governo se quisesse o apoio

dos três Vereadores já citados acima para fazer a Presidência da Casa. Após as manifestações do Vereador do PT, Alfredo Luiz da Rocha Barcelo e Antônio Carlos Pereira da Cunha, ao elegerem estes dois mais justos ao Prefeito e no mais, disse que estava se desligando do Bloco do Governo por absoluta inexistência de trabalho para trabalhar. Disse que no dia em que pôde colar a celeridade de política salarial, o Vereador de Obras apertou a mão de Vereadores do PSDB, Aires Basso e Rui Rocha, indagando ao último a aqueles Vereadores que haviam sustentado o apoio político, no que iniciou sua fala. O requir ocupou o Tribuna o Vereador Waldir Oliveira de Aquino Neto, afirmando inicialmente que a comissão que discutia quanto a política salarial houvera um descontente muito grande e também um descontente que se latente entre Vereadores. Continuando, disse poder afirmar que tais fatos não se repetiram e que outras melhorias seriam enviadas à Casa com antecedência para que pudessem ser analisadas em detalhes e com pleno conhecimento dos trabalhadores da Prefeitura. Disse reiterando que garantia da Subung, como compromisso que tais fatos não mais se repetiriam. Em aparte, o Vereador Aires Basso de Equinó elogiu a postura do Vereador Waldir Oliveira de Aquino Neto, que reconhecia as falhas do Governo, mesmo tendo ligações políticas com o Prefeito eleito, indagando a seguir o que ocorria quanto aos erros apontados pela maioria dos Vereadores com relação a celeridade de política salarial. Continuando disse o orador, ser importante saber que a Câmara estava renovada, que a democracia seria sempre exercitada e que em outros Governos em outras épocas não era comum Vereadores de Bancada de situação entrarem a Administração, o que agora ocorre como fato natural de plena liberdade. Falou também da situação política encontrada pela Administração o que acarretava mais dificuldades e os equívocos que naturalmente seriam corrigidos ali mesmo pela política que era constituída, no que iniciou sua fala. O requir ocupou o Tribuna o Vereador Alfredo Luiz da Rocha Barcelo, do PT, falando inicialmente da insatisfação da funcionalismo quanto ao Governo, especialmente dos Proprietários de Educação, que, naquela data, reunindo política que era antiga, mais uma vez estiveram no pleito de pagamento, no sol, porque não tinha sido chamada. Disse que na realidade não ocorreu nenhuma mudança na forma como se processava o pagamento, e, que não estava reclamando do BANERJ, mas sim da Administração que enviava as prestações para a Instituição um contingente insuficiente de ser pago de forma correta. Falou também das insónias salá-

nos, ficando qui não haviam saídas no fila de pagamento mas, em ansiedade pa-
 ra pagar o dinheiro que já estava fazendo muita falta. Lembrou ao Senador Saldor
 Aguiar que para uma autorização ser extida com antecedência, que a Comissão pudesse
 conversar com as entidades, em se tratando de política social, era necessário que tal
 documento fosse enviado nos próximos dias, caso contrário o tempo mais uma vez se-
 ria faltar prejudicial. Respondendo a aparte do Senador Azeu Bezerra de Siqueira que
 to a fase no início das aulas do rede municipal, disse que haviam tomado contri-
 buimento do qualão, e que estava em contato com o Secretário Municipal de Educa-
 ção, mas que não podia responder porque não havia também ainda as necessidades
 esclarecimentos. Quanto as razões do veto do Senhor Prefeito as Emendas Legislati-
 vas ao Projeto de Lei nº 100 Administrativa, disse que o texto do Executivo era obs-
 curo e trazia também a limitação de passado que o povo queria esquecer. Falando so-
 bre o fundo de sua autoria, aposto no Projeto de Lei da Lei Administrativa,
 dispõe sobre consolidação da participação dos Conselhos Comunitários junto a
 Administração, enfatizou que as vetas o dispôs, o Senhor Prefeito se abste-
 veu em texto bastante autoritário, afirmando até que contrariava interesse público,
 o que não entendia, pois o momento era de participação democrática e que parecia
 não ser entendido pelo Prefeito. Comentou a seguir que o Prefeito havia utilizado
 texto da Lei Orgânica para vetar a Emenda do PT, que segundo o autor era legal e
 democrática, citando a seguir o Artigo 193 do referido diploma, quando os Con-
 selhos Comunitários eram fortalecidos, quanto a participação e até mesmo na fiscaliza-
 ção de organismos da Administração Municipal e que fora vetado pelo Prefeito.
 Disse adiante que o chefe conta do Prefeito sua conversa com o Senador a respeito
 Emenda para que politicamente, e dentro da Lei fosse analisado o que estava certo ou
 errado, o que não fazia com ninguém. Citou também do Artigo 82 da Lei Orgânica,
 ponto sobre Conselhos Municipais, definindo tais instituições como organismos de
 cooperação com o Poder Público, e da mesma forma fundações e Associações privadas
 sem fins lucrativos em suas partes. Disse adiante que dentro da Lei, do ponto demo-
 crático a sua Emenda apenas pedia ao Prefeito a criação de Conselhos Comunitários
 fixando o caráter que já participava de um, o Conselho Municipal da Defesa dos
 Direitos da Criança e não entendia que a Secretaria criada pelo Supremo Administra-
 tiva colidisse com o referido Conselho, como se estivesse um sobre o outro, porien-
 do-lhe que a Secretaria desconhecia a função de um Conselho Municipal. Disse que
 em Angola dos Povo, Administração do PT, os Conselhos Municipais eram atuantes

em que todos os Secretários municipais, o que era reflexo de um princípio do Po-
tido dos Trabalhadores. Observou que eu o Governo não tinha dar atenção necessária
a questão, ou então, desconhecido de fato o que fosse participação popular. Disse que
o seu recado ao Prefeito era o seguinte: "de vai ter que ser muito bom, mas muito
muito bom, ele não vai poder errar, ele vai errar com a sanção dele, sozinho, e terá
que assumir sua responsabilidade, encaminhado na política salarial aprovada pela
Câmara". Prosseguiu, disse que lamentava ter aprovado tal concessão, pois
foi muito questionado por colegas da Educação indagando como poderia votar uma
alteração na faixa salarial do Professor, se o Sindicato não sabia, se os profes-
sores não sabiam, e que o deixava consternado. Falou também da temida do Si-
ndicato Eduardo Pereira Neto, também citada, preconizando a participação do funcio-
nário na Administração do IBASOC, falando ainda dos deslizes cometidos
no Colarjua, como reflexos do excesso de funcionários na realização de suas
atividades, lamentando também o que considerava mais um gesto antidemocrático
do Senhor Prefeito. Falou a seguir da temida do Sindicato Ivan de Jesus de Araújo,
fazendo que defendia também a criação de uma Secretaria de Cultura, repudiando
também o voto do Executivo ao dispositivo estadual. Disse a seguir, que
uma Secretaria de Cultura não era apenas para realizar eventos, mas para elevar
em primeiro plano de Governo a cultura do município e sua resgate, o que fora
ingressada pelo Prefeito a votar tal voto a nível de Secretário na Administração,
há uma Direção no Organograma, com seu Chefe percebendo dois milhões e
meio mil empírios o que era insustentável. Disse que não trabalhar necessariamente
para a elevação dos votos do Executivo, dizendo ter feito muito claro que o Ge-
verno queria o confronto, pois caso contrário teria aberto o diálogo com o legislativo
no que iniciou sua fala. Não havendo mais questionamentos para o uso do Sí-
mbolo, o Senhor Presidente transportou os trabalhos para o segmento dedicado a Or-
dem do Dia. Nesta etapa foram apreciadas as seguintes matérias: Encaminhadas
à Comissão de Constituição e Justiça o Voto - Como Senhor Prefeito Municipal, dispondo
sobre auto parcial a Lei nº 323, de 11 de fevereiro de 1993, e Projeto de Lei nº
004/93. Apreciadas as Indicações nº 043/93 e 044/93. Não havendo mais maté-
rias para serem apreciadas neste momento, o Senhor Presidente passou a Tribuna
a Explicação Pessoal. Depois a Tribuna o Senhor Aníbal de Almeida, falando
de imediato que a Câmara estava vivendo os primeiros dias do Governo de José
Maniáns e tendo a confirmação de que o Prefeito era um homem espíntico, centu

tizador e autor do diálogo. Disse que a eleição do Primeiro Administrador
 e da mesma forma a eleição de rajuste salarial iam presos, entretanto, do ponto
 de vista da legalidade do processo, um homem de quites e ato, extremos. Disse que o Sr.
 Jure demonstrava seu desejo de governar o município sozinho, ou seja, em outras
 palavras: um verdadeiro ditador, e que fora um seu primeiro Administração. Con-
 tinuando, e fazendo um relato sobre o perfil do Prefeito, afirmou que o mesmo chefe,
 estava afastado do povo ignorando o seu sofrimento, espiciando-se dos amigos que
 o haviam elegido. Falou da importância do Salário, destacando a importância do fe-
 rreitor no contexto do município, ao contrário do Prefeito, abalando-se frequentando
 os elitos da comunidade catopirena. Falou que a eleição de rajuste fora criticada
 por todos os Vereadores, por todos os funcionários, observando que os tempos haviam mudado,
 mas que o Prefeito continuava fiel ao seu autoritarismo como se estivesse há duas
 décadas, e que não podia acatar. Disse poder afirmar que o que foi eleito para esta
 candidatura foi Bonifácio no plano que era mentira, e que podia ser comprovado aque-
 la, e assim o Governo atual só era diferente porque tinha mais dinheiro, mas o per-
 fil era o mesmo. Finalizando, disse que continuaria a questionar o Governo
 municipal visto sua falta de responsabilidade para com os problemas que atingem prin-
 cipalmente os funcionários. A seguir, abriu a tribuna em Explicação Pessoal, o Vereador
 Orlando da Silva Filho, e defendendo o Governo Municipal, disse que as críticas era
 por alguns confundidos, pois o Prefeito em pouco mais de noventa dias tentava resgatar
 a credibilidade da Administração Pública, e estava no município durante dez anos. Ao
 contrário do que afirmavam os críticos, era fundamental para a Administração a aquisi-
 ção de equipamentos, pois dava um basta à aquelas empresas prolademas de serviços
 que exploravam ao máximo as finanças do Município. Falou a seguir das Empresas pro-
 lademas de serviços, destacando a do Sinter Sauri, e Sloguá entre outras. Disse que ex-
 istiam no município em seu quadro de quarenta motoristas, sem que houvesse igual ao pro-
 porcional número de veículos, lembrando que na Administração anterior era prática a Sufi-
 túria contratar veículos de aluguel em flagrante prejuízo para o Município. Prossequindo,
 disse que o Prefeito foi Bonifácio estava marcando seu Governo por ações recentes, estan-
 do o caso das Proprietárias que com contrato assinado em junho e um de dezembro de 1992,
 seriam eliminadas, mas, em função do abertura de novas salas de aula haviam sido recontra-
 tadas, não havendo de forma alguma despedimento de Vereadores, e não se julga
 critérios de aproveitamento pela abertura de novas salas de aula como possível. Prossequindo,
 disse que o Prefeito Municipal não se esvaneia, pois concedia audiência pública a segun-

das Juntas na Prefeitura, e agora levava o Governo as localidades mais distantes, in-
cluindo com Santo Antônio e Unamar, acabando com os favores de cabos eleitorais até
mesmo para a emissão de documentos que era um direito de cidadã. Quanto as dip-
tidades cividas pelo Governo Municipal, em relação à Câmara, disse que as assessorias
eram separadas quando fosse nomeado o seu Secretário de Governo, e assim haviam
um canal onde fluiriam os necessários contatos entre Legislativo e Executivo, no que
incorreu no fato de exigir, ou seja o Tribunal o Senador Antônio Roberto Albuquerque dos Santos
falando inicialmente que não havia nem o urbanismo e nem o mesmo cuidado das
condições que o haviam antecedido, porém, auditava que o Governo Municipal havia im-
plorado realmente a parte de primário de março. Perguntando disse que embora o crité-
rio de referência ao Governo Municipal, todos tinham pressa, esperando que os compro-
missos de campanha realmente fossem cumpridos. Falou da importância do diálogo
do Governo com a sociedade organizada, na qual estava incluído a Câmara Munici-
pal, sendo fundamental para o Executivo ouvir a Câmara e também a oposição.
Disse adiante que auditava no Governo Municipal, ali pelo comprometimento de cam-
panha política, quando afirmava em Livro Público que foi Bonifácio era o melhor
opção política para São João. Observou que em termos Administrativos poderia-se consi-
lar de imediato que a cidade estava mais limpa e o Prefeitura investiu na compra
de veículos e equipamentos pesados, o que significava também um investimento no
ser humano, com aplicação em saneamento básico e saúde. Disse que embora sob
aspectos positivos, o Prefeito ainda devia seus compromissos políticos, o que não se
refletia compromissos eleitorais ou com empregos, defendendo mais do que nunca o
serviço Público, e não as circunstâncias de emergência, o que era uma posição que
dependia por ideal político partidário. Disse ainda que sua postura na Câmara não
podia ser comparada com determinados tipos de oposição, porque alguns oposicionis-
tas não tinham moral para assumirem tal postura, enfatizando que era do Partido
Socialista Brasileiro e, que pretendia fazer um alito ao Senhor Prefeito e o conselho
de administração, mas sempre construindo junto com o atual Governo. Enfatizando falou
do grande problema social que estava sendo vivido pelos moradores de São João,
antigo loteamento do Senhor José Lacharias e que havia fracassado como empre-
sário. Disse que os casos começaram a ser iniciados há pelo menos dez anos
e que os investidores haviam na realidade construído um bairro, hoje com equipa-
mento urbanos como esgoto ali luto e telefone. Disse que os casos em sua mag-
nitude haviam sido negociados com os antigos proprietários após uma série de

ocorrências ultimando com declaração de área de interesse social pelo Governo Federal
 Brasília em seu primeiro mandato. Não que agora o SINCRES, estava lutando
 os recursos imóveis causando situações verdadeiramente dramáticas, relatando a
 pior a situação constrangedora de um estudante de conhecida família católica que
 divulgara uma carta mostrando sua situação e implorando uma solução. Desse
 modo apelo ao Presidente no sentido de que a Câmara manifestasse sua solidariedade
 junto as autoridades e que fosse alcançada uma solução justa para o problema no
 que encerrou sua fala. Como último orador em Explicação Pessoal, ocupou a tribuna
 o Vereador Altair Roberto Leiva de Souza, informando com relação a construção
 de professores, que o Prefeito havia relatado que havia assumido o compromisso
 de dar a educação a todas as crianças de Cabo Frio, falando ainda que todos
 os professores haviam sido recebidos no seu Gabinete, sendo informado que o contrato
 era por tempo reduzido, e que no início do segundo semestre seria formalizado
 o concurso Público, e agradecendo encerrou sua fala. Não havendo mais oradores para
 o uso da Tribuna em Explicação Pessoal, o Senhor Presidente encerrou a presente
 sessão em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata que
 depois de lida, submetida a apreciação próxima, aprovada, seja assinada para
 que produza seus efeitos legais.


 Altair Roberto Leiva de Souza

Ata da Quarta Sessão Ordinária do
 Primeiro Sessão Regular do Conselho
 Municipal de Cabo Frio, realizada no
 dia 09 de maio de 1993.

As dezesseis horas do dia 09 de maio do ano de mil novecentos e noventa e três (1993), sob a Presidência do Vereador Altair de Souza e com a ocupação do Primeiro Sessão pelo Senhor Walter Oliveira de Aguiar, reuniram-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além disso, responderam e chamados nominal os seguintes Vereadores: Odair Pinheiro de Andrade, Aires Bessa de Albuquerque, Antônio Carlos Leiva da Cunha, Antônio Carlos de Carvalho, Antônio de Almeida, Alfredo Luis do Sacramento, Carlos Roberto Leiva de Souza, Dni. Leiva da Silva, Eduardo